

GOVERNO/ARTICULAÇÃO

Presidente busca apoio de governadores

Preocupado em conquistar aliados para a tarefa de montar uma base de sustentação no Congresso, Fernando Henrique inicia, com Azeredo, Covas e Britto, a etapa de negociações

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso procura governadores dispostos a dividir com ele a responsabilidade pela manutenção de uma base no Congresso. Ele iniciou esse movimento quinta-feira, ao receber no Planalto o mineiro Eduardo Azeredo (PSDB), prosseguiu em contatos no fim de semana com o também tucano Mário Covas, em São Paulo, e já marcou audiência para o gaúcho Antônio Britto (PMDB). A agenda de Fernando Henrique está sendo moldada para incluir todos os governadores aliados antes da posse do novo Congresso, em fevereiro.

Aparentemente é mais um recuo na disposição inicial, que era a de privilegiar os presidentes de partidos políticos nos contatos com o Congresso. Assessores e ministros próximos ao presidente garantem, no entanto, que o chefe ainda deseja fortalecer o modelo de relações institucionais. Ele estaria apenas se rendendo à realidade: os governadores detêm uma parcela de influência no Congresso, maior ou menor dependendo de cada Estado. Outro dado de realidade: os presidentes dos partidos aliados (PSDB, PMDB, PFL, PTB, PP e PL) não respondem pela totalidade de suas bancadas.

"Na verdade ainda estamos tateando no terreno político", admite um ministro. Tateando tanto que ministros e assessores não fazem declarações públicas sobre este que é um dos mais graves problemas do novo governo. Os presidentes de partidos políticos provocaram mais confusão do que resultados nessa fase de testes. A mais visível delas envolve o próprio Conselho Político, para o qual imaginaram uma secretaria-executiva. Serviria para ouvir os pe-

didos de emprego dos parlamentares, mas começava arrumando serviço para quatro políticos derrotados nas urnas, que seriam os secretários-executivos.

Como toda má idéia, essa não tem pai. Cada presidente de partido a atribui a um aliado, quando não dilui, elegantemente, a responsabilidade. Quem tem a confiança do presidente, no entanto, avisa que apostar em sua criação é perigoso como jogar dinheiro na bolsa mexicana. "Não sabemos nem como isso começou, mas é uma coisa que já morreu", avisa um assessor de Fernando Henrique. Quem não está morta é a tese, discutida ainda na campanha eleitoral, de se criar uma secretaria de Assuntos Políticos ligada diretamente ao presidente.

A criação dessa secretaria é uma carta que o presidente guarda na

manga para ser usada depois da posse do novo Congresso e da eleição dos presidentes da Câmara e do Senado. Fernando Henrique só pode indicar os líderes do governo depois de conhecer os presidentes de cada casa. Se der PFL na Câmara e PMDB no Senado, como se espera, o líder da primeira será Luiz Carlos Santos, do PMDB, e o do segundo, Elcio Álvares, do PFL. Se houver surpresas, o equilíbrio será tentado com novas indicações.

O certo é que os dois líderes vão complementar o trabalho dos presidentes dos partidos, na suposição de que o PSDB cumprirá disciplinadamente seu papel de bancada governista. Para completar, entra em cena o futuro secretário de Assuntos Políticos, que ainda

não existe no organograma do Planalto. Os defensores de sua criação sabem que é difícil encontrar alguém com a densidade política e a afinidade com o presidente que o cargo exige. Se o chamado "modelo institucional" não der certo, o nome aparecerá, apostam os defensores da idéia.

TODOS OS
ALIADOS
SERÃO
PROCURADOS

